

Imprensa prestigia estudo inédito da FGV sobre trabalho dos Affas na pandemia



Representantes de jornais, rádio e outros veículos de comunicação de expressão nacional participaram, de uma coletiva de imprensa promovida pelo Anffa Sindical para apresentação do novo trabalho da FGV (Fundação Getúlio Vargas) que aponta o impacto direto e indireto das atividades Affas na economia do país em 2020.

Na oportunidade, o presidente do Sindicato, Janus Pablo, e o vice-presidente, Ricardo Aurélio, fizeram uma apresentação dos dados, sempre vinculados a demandas intimamente ligadas às necessidades da carreira, como o aumento de efetivo, a questão da meritocracia, a saúde laboral, prerrogativas funcionais, entre outras.

“Esse estudo vem nos ajudar para que haja a realização do nos-

so trabalho com mais concursos públicos. Recentemente, houve encaminhamento, do Mapa com um pedido de novo certame e, no momento, esse pedido se encontra no ministério da Economia e segue represado”, disse Pablo.

Ao falar dos impactos da atuação da carreira em números, o vice-presidente, Ricardo Aurélio, lembrou que o setor do agronegócio tem gerado lucros para a economia para o país neste momento de crise sanitária e fortalecido a capacidade do Governo em responder algumas demandas tão urgentes da sociedade.

Sobre a atuação da carreira, Ricardo pontuou que em áreas como frigoríficos, portos, aeroportos a presença do Affa não deixou de existir em plena pandemia. Apesar de dados do Sindicato apontarem

uma carência de 1.620 profissionais em função do crescimento das demandas do agronegócio, o efetivo atual, em torno de 2.500, não deixou de atuar.

Além dos números apresentados, os dirigentes sindicais responderam a muitas perguntas sobre as condições de trabalho com pessoal reduzido e aumento da demanda, as ameaças advindas do PL do autocontrole (PL 1293), e também sobre os impactos da Reforma Administrativa (PEC 32) nas funções exercidas pela carreira.

“Com relação à PEC 32, destacamos a necessidade da tipificação da carreira como cargo típico de Estado porque a carreira que não for enquadrada nesse rol ficará sem concurso público e mais vulnerável à terceirização das suas ações. Esse assunto, além do autocontrole e a luta por concursos públicos são muitas frentes para se trabalhar e temos que aproveitar esse estudo da FGV para usar como ferramenta para fortalecer nossa argumentação e convencer as autoridades de que somos carreira de Estado e precisamos de mais Auditores para gerar divisas e favorecer o agronegócio”, pontuou o vice-presidente.

Estiveram na coletiva jornalistas do Portal Globo Rural, da Folha de S.Paulo, do Valor Econômico, Rádio Band, do Negócios Pro, do site Economia SA, do jornal O Liberal (Pará) e Canal do Boi.

DAJ esclarece ação sobre contagem de tempo especial para aposentadoria

Espera-se que a decisão judicial sobre contagem de tempo especial para aposentadoria ou abono de permanência ocorra em breve e a diretoria continuará diligenciando em prol das medidas cabíveis

Apresentação dos diretores de Aposentados e Pensionistas

O Inffo Sindical irá divulgar mensalmente informações sobre os atuais diretores de Aposentados e Pensionistas, de cada estado, para que os leitores possam conhecer melhor quem os representa.

São eleitos os novos Comandos Estaduais de Mobilização

Ocorreu uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária (AGNE), em 26/07, para a desinstalação dos atuais Comandos Estaduais de Mobilização (CEM) e a eleição desses Comandos, com votação, das 9h às 17h.

Foram eleitos candidatos de 25 estados mais o Distrito Federal. Confira no site a lista completa dos eleitos.

“Gostaria de parabenizar os novos colegas, eleitos para os Comandos

Estaduais de Mobilização! Agradecer também a todos aqueles que participaram da AGNE. Consideramos um sucesso em meio à pandemia, a realização de uma AGNE com a participação dos colegas.

Teremos nos próximos meses grandes desafios, mas temos a certeza de que com o envolvimento dos colegas alcançaremos nossas metas”, exclamou o ex-coordenador do Comando Nacional de Mobilização (CNM), Serguei Brener.



Entrada da Peste Suína Africana na América acende preocupação no Brasil



A descoberta, da presença da Peste Suína Africana (PSA) em amostras coletadas de porcos na República Dominicana, anunciada pelo Laboratório de Diagnóstico de Doenças de Animais Estrangeiros do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), acendeu um sinal de alerta no Brasil. Afinal, o país, que é responsável pela produção de 4,43 milhões de toneladas de carne suína, sendo 77% destinado ao mercado interno e 23% às exportações, segundo dados da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), está livre da doença desde 1984.

Para o professor associado de Doenças Infecciosas na Faculdade de Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), Cristiano Barros de Melo, esse é um momento de muita cautela, uma vez que o país já sofreu prejuízos com a entrada da Peste Suína Africana em 1978, o que causou o sacrifício de milhares de suínos, além de perdas comerciais.

De acordo com o Auditor Fiscal Federal Agropecuário aposentado Carlos Alberto Magioli, os trabalhos de erradicação da doença nessa época custaram ao país cerca de US\$ 20 milhões e a imediata intensificação da fiscalização de portos,

aeroportos e agências de correios. “Acrescenta-se o impacto social imenso não somente para as produções comerciais, como também para o homem do campo que tinha na criação caseira de suínos sua fonte de alimento e de recursos financeiros”, disse.

A necessidade da presença constante de Affas nas áreas essenciais para o agronegócio frente à realidade sobre o quantitativo atual para atender a demanda nem sempre é uma conta fácil de fechar. Só no porto de Santos, o maior complexo portuário da América Latina, atuavam, em 2019, apenas 33 Affas do Vigiagro, representando uma redução de 29% em relação ao ano anterior, quando o efetivo era de 42 profissionais da carreira.

Para o presidente do Anffa Sindical, Janus Pablo, o risco desse patógeno exótico na América só reforça a necessidade da ampliação da atuação dos Affas por meio do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional. “Esse cenário de ameaça da PSA próximo ao Brasil vem reforçar urgente a carência de realização de concursos públicos para Affas, de maneira a fortalecer a nossa Defesa Agropecuária”, disse.

Esclarecimentos sobre tramitação de cumprimento de sentença de ação coletiva da contagem de tempo especial para aposentadoria ou abono permanência

Em 2013, o Sindicato ajuizou ação coletiva para garantir o usufruto de tempo especial (trabalhado sob condições insalubres inerentes ao exercício das atividades de inspeção e fiscalização agropecuárias) para fins de aposentadoria e de abono de permanência. Essa ação foi autuada no Processo nº 0008008-29.2013.4.01.3400, que tramitou na 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Além dessa medida em favor de seus filiados, o Anffa Sindical já havia ajuizado, em 2009, outra ação, no Supremo Tribunal Federal, denominada Mandado de Injunção e autuada sob o nº 1.601, para garantir a incidência subsidiária das regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para os servidores com direito à contagem de tempo especial, foi concedido o cumprimento ao Sindicato, em caráter definitivo, por decisão que transitou em julgado (ou seja, em caráter definitivo) em 5 de maio de 2010.

Após três anos uso do direito, os servidores foram surpreendidos pelo Memorando Circular nº 011/2012/CGAP/SPOA/SE-MAPA, que passou a inviabilizar o usufruto do direito, sob a perspectiva de que não estaria garantido no MI n. 1.601, o direito à conversão do tempo especial em comum.

Foi em razão desse ato que, após a ordem de injunção deferida pelo Supremo Tribunal Federal, o Anffa Sindical voltou a requerer a proteção do direito de seus filiados perante a Justiça Federal do Distrito Federal, agora mediante à Ação Coletiva - Processo nº 0008008-29.2013.4.01.3400.

Nessa ação coletiva, o Sindicato obteve medida liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da



1ª Região, por intermédio de recurso denominado Agravo de Instrumento, autuado sob o n. 11859-91.2013.4.01.0000.

Ocorre que, ao mesmo tempo, pendia sobre o direito em tela (aproveitamento do tempo especial) o julgamento de Tema de Repercussão Geral (n. 942), circunstância jurídica que, até a definição do resultado pelo Supremo Tribunal Federal – favorável para os servidores –, postergou os efeitos concretos da decisão aos filiados.

O Anffa Sindical diligenciou medidas na Justiça Federal para a efetiva observância do direito à conversão do tempo especial em comum, o que acabou resultando na sentença de procedência da Ação Coletiva n. 0008008-29.2013.4.01.3400, em 10 de março de 2021. Apesar da clareza da ordem judicial, o Poder Público insiste em descumprir a decisão, a pretexto de alegar limitações materiais, como insuficiência no quadro de perícia médica oficial.

O Sindicato instaurou um incidente de execução, denomina-

do Cumprimento Provisório de Sentença, em 23 de abril de 2021, acompanhado da listagem dos Processos dos filiados afetados para fins de imediato cumprimento. No momento, os autos de execução de sentença encontram-se na Central de Cumprimentos de Julgados (CCJ), que tem atribuição judiciária para processar execuções provenientes de ações coletivas, no aguardo de decisão/ordem de intimação do Poder Público.

A expectativa é de que a observância da decisão judicial ocorra em breve (a depender do tempo de resposta do Poder Judiciário), tanto por intermédio de intimação da Justiça Federal nos autos da execução coletiva, via Central de Cumprimentos de Julgados, quanto em razão da intimação da própria sentença coletiva.

O Anffa Sindical, por intermédio de sua representação jurídica, continuará diligenciando em prol das medidas cabíveis em todos os âmbitos possíveis de atuação, no resguardo dos direitos e dos interesses de seus filiados.

Espaço do Aposentado e Pensionista

- A representação do Agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro, que era de 23% passou para 26,6% nestes últimos tempos. O que significa dizer que estamos evoluindo em que pese à deficiência de pessoal (Affas), uma vez que somos parte importante nesta cadeia.
- Sobre o Plano Operativo (PO) informamos que, no dia 27/07, remetemos para as Delegacias Sindicais, com vistas aos diretores de Aposentados e Pensionistas, o cumprimento da meta nº 1 – ação nº 4, ou seja, orientação para habilitação de herdeiros do “Processão” e também meta nº 2 – ação nº 2, relacionado aos benefícios do subsídio. Esperamos que todos tenham recebido e divulgado para todos aposentados e pensionistas das Delegacias Sindicais.
- Vamos concentrar nossos esforços para cumprir as seis metas e as 12 ações do nosso Plano Operativo para o ano de 2021, publicadas no Inffo Sindical do mês de junho de 2021.
- O principal prejuízo, além de outros, para os aposentados e pensionistas, que a reforma

administrativa poderá causar, é a desvinculação entre ativos e aposentados. Se bem que a remuneração por meio de subsídio garante a paridade, ou seja, reajuste na mesma data e no mesmo índice dos ativos.

- Esta coluna está pretendendo homenagear os colegas aposentados e pensionistas que já passaram dos 80 anos, para tanto, estamos aguardando a relação que o setor de cadastro vai nos remeter. Há anos homenageamos os Affas com mais de 90 anos.
- Estamos ansiosos para fazer a nossa reunião com todos os diretores das Delegacias Sindicais, para discutirmos todas as ações e metas do nosso PO. Deverá ser feita em Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro, em função da facilidade do número de voos e também dos preços das passagens. Serão quatro dias de reunião com início às 14h do primeiro dia e término às 12h do último dia. Vão pensando, estamos todos vacinados e acho que poderá ser realizada em setembro deste ano, se não houver recaída, por conta da pandemia da covid-19.

- Estamos ajudando a Diretoria de Relações Institucionais, falando com senadores e deputados, no sentido de atender as nossas reivindicações. Se algum colega tem relações com alguém que possa nos ajudar, vamos proporcionar um encontro.
- Com relação ao “Processão”, ainda estamos aguardando a aceitação ou não por parte do Supremo Tribunal Federal do meu processo.
- Ficamos aguardando o pronunciamento dos colegas sobre a nossa reunião em setembro, pelo grupo de WhatsApp de diretores 2021/2023.

Jose Luiz Castilhos

Diretor de Aposentados e Pensionistas

Telmízio José da Cunha

Diretor do Departamento de Aposentados e Pensionistas

Fone: (51) 99135 0867

E-mail: aposentados@anffasindical.org.br

O ANFFA SOMOS NÓS



Nome: Silvana Rizza

Ferraz e Campos

Delegacia: DS-MG

Situação Funcional: Aposentada

Última lotação: SFA-MG – UTRA/VIÇOSA

Cargos no Sindicato: Representante da Seção Sindical de Viçosa

(MG) por dois mandatos: 2015-2017 e 2018-2020.

O que gosta de fazer nas horas livres: Praticar atividades físicas e pedalar.

Ocupação atual: Atualmente continuo em atividade, prestando consultoria em assuntos regulatórios.